

spn Informação

90



LA SOLIDARIDAD ES LA TERNURA DE LOS PUEBLOS

(Gioconda Belli)

**No dia 23 de janeiro,
as autoridades de ocupação
israelitas impediram a entrada
na Cisjordânia a uma delegação
da Internacional da Educação (IE).**

**Uma semana depois,
uma delegação da Internacional
dos Trabalhadores da Construção
e da Madeira (BWI)
foi igualmente bloqueada.**

**Em ambos os casos,
os dirigentes sindicais foram
retidos durante largas horas,
viram os passaportes confiscados
e foram sujeitos a interrogatórios
sucessivos e devassa de telemóveis.**

Podem bloquear entradas.

Podem fechar portas.

Podem atrasar-nos.

Quando a solidariedade é travada, isso não é meramente administrativo ou acidental. É profundamente político. Porque a solidariedade, quando atravessa fronteiras, incomoda quem prefere que os trabalhadores permaneçam isolados, fragmentados, silenciosos e invisíveis.

Vivemos tempos sombrios. Sente-se no ar dos aeroportos, nos postos de controlo, no olhar vazio da segurança fronteiriça que nos recusa a entrada — um olhar que esconde escolhas políticas muito deliberadas.

Mas continuo a voltar sempre ao mesmo pensamento: se estão assim tão preocupados com trabalhadores a falar entre si, então talvez estejamos a fazer algo certo.

Talvez o poder compreenda muito bem que, quando os trabalhadores se reconhecem uns nos outros — para além dos países, das línguas e das lutas — algo muda.

As narrativas mudam.

O isolamento transforma-se em força coletiva.

O medo muda de lado.

Pode muito bem ser “o tempo dos monstros”. Ainda assim, nestes mesmos tempos, também se vê o contrário:

Pessoas que insistem em atravessar essas linhas.

Sindicatos que continuam a aparecer.

Trabalhadores que se recusam a ser apagados das decisões sobre as suas próprias vidas.

Paola Cammilli, BWI

(versão traduzida e adaptada)



Ficha técnica

Diretor/Editor: Rogério Ribeiro (RR)

Diretores-adjuntos: Francisco Gonçalves (FG) e José Manuel Costa (JMC)

Conselho de Redação: Manuela Mendonça (MM), Marta Cruz (MC), Paulo Campos (PC), Ricardo Cardoso (RC), Sónia Duarte (SD), Susana Nogueira (SN)

Colaboraram nesta edição: Ana Paula Tomé (APT), Carlos Amorim (CA), Cláudio Moreira (CM), Eduardo Soares (ES), Helder Maia (HM), Henrique Borges (HB), Marta Martins (MgM), Pilar Gomes (PG)

Fotografia: Henrique Borges (HB)

Capa: Paulo Campos (PC)

Paginação: Miguel Ângelo

Impressão: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda

Propriedade: Sindicato dos Professores do Norte (SPN)

Redação e Administração: Rua D. Manuel II, 51/C - 3.º - 4050-345 Porto

Tel.: 226 070 500

E-mail: spninfo@spn.pt

Site: www.spn.pt

Tiragem média: 1000 exemplares

Registo no ICS: 109963

Depósito legal: 238855/06

Distribuição gratuita aos sócios do SPN (digital ou impressa)

DUAS FACES DE UMA MOEDA DE VALOR QUE NOS CABE DETERMINAR

O pacote laboral proposto pelo governo visa introduzir na legislação alterações extremamente gravosas para os trabalhadores, em matérias como contratação coletiva, despedimentos, organização dos horários, exercício do direito à greve e de direitos sindicais, entre muitas outras. No caso da greve, o governo pretende considerar como serviços mínimos o cuidado de crianças até 12 anos, o que esvaziaria de efeitos práticos a greve, por muito participada que fosse, em alguns setores de educação e ensino. No que toca aos horários de trabalho, pretende introduzir o banco de horas individual, o que, numa profissão como a nossa, organizada em períodos letivos e outros de interrupção letiva, teria graves implicações nos horários de cada um, possibilitando o aumento do trabalho em períodos letivos e posterior ‘compensação’ em períodos não letivos, o que, na prática, acarretaria o fim do pagamento de serviço extraordinário. Se estas propostas não forem derrotadas, que condições haverá para evitar uma harmonização pelo pior, nos setores público e privado, como aconteceu no passado, como é exemplo a alteração das condições de aposentação?

No que respeita à revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), a decorrer, as ilações não são as melhores. Face à promessa do ministro de valorizar a profissão e a carreira, não se viu ainda uma única medida nesse sentido, o que confirma a abismal diferença entre as palavras e as ações de Fernando Alexandre. Vejamos como decorre o processo com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI).

- No tema 1 – *Perfil do docente direitos deveres e garantias* –, o MECI introduziu o ReCAP (Referencial de Competências para a Administração Pública) e eliminou o direito de participação no processo educativo, que, no quadro do atual ECD, pode ser exercido a título individual ou coletivo, nomeadamente através das organizações profissionais e sindicais do pessoal, insistindo na não inclusão expressa do direito de negociação coletiva.
- No tema 2 – *Habilitação para a docência, recrutamento e admissão* –, cuja negociação ainda decorre, levantam-se várias preocupações, designadamente pela ausência de referência a concursos anuais, à manutenção de lugares de quadro (QA/QE e QZP), a habilitações profissionais e habilitações próprias, à graduação profissional como único critério de ordenação de candidatos ou à responsabilidade do MECI em assegurar a profissionalização dos docentes que entrem no sistema sem habilitação profissional. Acresce a introdução do período experimental (em substituição do atual período probatório), mas sem serem referidas quaisquer condições para a dispensa do mesmo. Este período aparece associado a um tempo de indução do docente acabado de ingressar na carreira, mas também a uma avaliação do desempenho que, se negativa, implicaria o termo do contrato no final do ano, sem que esteja prevista hipótese de repetição.

Ora, propostas deste teor, aliadas ao adiamento das matérias mais relevantes, como a estrutura da carreira (incluindo uma transição justa que ponha fim às ultrapassagens), índices remuneratórios e avaliação de desempenho, não permitem margem de confiança nas intenções do MECI/governo e forçam os docentes a uma vigilância atenta e uma forte disponibilidade para a luta, pois o pacote laboral e a revisão do ECD são duas faces de uma moeda cujo valor facial será determinado pela força dessa luta.



José Manuel Costa
Coordenação do SPN



ESCOLA PÚBLICA
E PROFISSÃO
DOCENTE
SOB ATAQUE!

Como
Professores,
damos rosto
ao futuro!

Exigimos
Valorização, Já!



FENPROF



SPN



SPRC



SPGL



SPZS



SPM



SPPLA



SPE

SOMOS PROFESSORES DAMOS ROSTO AO FUTURO



Dez dias a denunciar problemas

Durante dez dias, milhares de educadores e professores mobilizaram-se em concentrações, manifestações, tribunas públicas, distribuição de documentos à população, bancas para subscrição de postais, visitas às escolas, plenários de escola e de rua, iniciativas de âmbito cultural e artístico...

Ao longo dos dias, na caravana que percorreu todo o país, regiões autónomas incluídas, procurou-se dar visibilidade aos problemas que afetam a Educação, tal como a falta de professores ou o envelhecimento da profissão.

Distrito a distrito, foram identificados problemas locais, concretos, e exigidas soluções, envolvendo os docentes, as comunidades educativas e as populações locais, e apelando à sociedade portuguesa para que se junte à exigência de políticas que garantam educadores e professores qualificados para todos os alunos, todos os dias e em todas as aulas.

SN



FALTA DE PROFESSORES

É hoje consensual que um dos principais problemas que a Escola Pública enfrenta é a falta de professores. No entanto, nem sempre foi assim. Já em 2006, a Fenprof alertava para as políticas de desvalorização da carreira docente e a precariedade profissional que poderiam agravar a falta de docentes qualificados. Foram vários os responsáveis políticos que contrariaram esta evidência, tendo ficado na memória coletiva as afirmações de Passos Coelho e Nuno Crato de que, havendo professores a mais, o melhor seria emigrarem (2011). A contínua desvalorização da profissão docente levou a que, entre 2018 e 2024, mais de 14 000 docentes abandonassem a profissão. Por outro lado, em 2025, aposentaram-se mais de 3600 professores, prevendo-se que, até 2034, se aposentem cerca de 4000 docentes por ano.



EBS Rodrigues de Freitas, Porto (RR)

EA Soares dos Reis, Porto (RR)

Praça da Trindade, Porto (RC)

EP Comércio Externo, Porto (HB)

ES António Sérgio, VN Gaia (HB)

HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Enquanto Fernando Alexandre, atual ministro da Educação, tenta descobrir o número exato de professores em falta, sabe-se que, no ano letivo 2024/2025, eram mais de 3000 os professores em exercício sem habilitação profissional. Apesar da necessidade de dotar estes docentes de formação pedagógica especializada, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) contratualizou com a Universidade Aberta a abertura de apenas 300 vagas para realização da profissionalização em serviço, o que deixou centenas de candidatos excluídos deste curso.



EBS Pedrouços, Maia (PC)

Praceta do Mercado, VN Famalicão (PC)

ES Francisco de Holanda, Guimarães (PC)

ES Francisco de Holanda, Guimarães (PC)

Arcada, Braga (PC)

ENVELHECIMENTO DOCENTE

No Norte do país, apesar de começar a fazer-se sentir a falta de professores, nomeadamente quando se observam as listas vazias da reserva de recrutamento e o recurso mais frequente à contratação de escola, o principal problema é o do envelhecimento do corpo docente. Esta realidade indica que, não sendo tomadas medidas, a falta de professores nesta região irá sentir-se com grande intensidade nos próximos anos.



EB23 Frei Bartolomeu dos Mártires, VC (HB)
Esc. Sup. de Educação/IPVC (PC)
Esc. Sup. de Tecnologia e Gestão/IPVC (PC)
ES Monserrate, Viana do Castelo (PC)
ES Santa Maria Maior, Viana do Castelo (RC)

RESPOSTAS DO MECI

A atuação do MECI é deveras impressionante — muda tudo em tempo recorde e nas costas das comunidades educativas! Mostra-se atarefado, reestruturando (ou desmantelando) o MECI e os seus organismos, revendo (ou destruindo) o Estatuto da Carreira Docente (ECD) e lançando atoardas sobre uma possível reforma curricular que deixa antever a desvirtuação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE). Com tanta atividade, é lamentável que se arrase o que funciona e não haja ações que mostrem, de facto, capacidade e vontade de resolver os problemas da Escola Pública.



EB23 Diogo Cão, Vila Real (PC)
Conservatório de Vila Real (HB)
Av. Carvalho Araújo, Vila Real (PC)
ES Morgado Mateus, Vila Real (HB)
Câmara Municipal de Chaves (PC)

VALORIZAÇÃO, JÁ!

Basta de procrastinar! Os problemas identificados precisam de resolução imediata. Para isso, é necessário tornar a Educação uma prioridade e aumentar o investimento nesta área. Em Portugal, o orçamento para a Educação não chega aos 3% do Produto Interno Bruto (PIB), bem longe dos 6% defendidos por organizações internacionais, incluindo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Só com investimento se valoriza a profissão docente, tornando-a atrativa para fazer face à crescente falta de professores. Só com ações centradas na resolução dos problemas reais da Escola Pública, se garante a Educação de que o país precisa e que merece.



EB1/JI Vila Flor (CA)

ES Mirandela (PC)

EP Arte de Mirandela (n/a)

Cons. Música e Dança Bragança (Rui Cardoso)

CE Macedo de Cavaleiros - Polo I (CA)

LUTAR NO PRESENTE PARA CONSTRUIR O FUTURO

Os problemas que afetam a Escola Pública são problemas de todos, sejam educadores, professores, pais, encarregados de educação, alunos ou outros. O que está em causa é a Educação universal, gratuita e de qualidade para todos; é o futuro das crianças e jovens; é o futuro do nosso país. A Educação de qualidade para todos, reflexo de avanço civilizacional, é imprescindível para a formação de cidadãos! Para o SPN, está na hora de largar a aura e abraçar a luta!



Praça da República, Aveiro (n/a)
EBS Dr. José Macedo Fragateiro, Ovar (RC)
EBS Dr. António Laranjeira, Espinho (RC)
EB Fernando Pessoa, SM Feira (RC)
Praça Luís Ribeiro, SJ Madeira (HB)

A RÁDIO DA ESCOLA DE VALADARES!

Nascida da vontade dos alunos, a Rádio R@dares tem-se afirmado como um exemplo de como a Educação pode ir além das quatro paredes da sala de aula, inspirando toda a comunidade escolar.

Um projeto escolar em expansão, que promove a integração da tecnologia e da criatividade, contribuindo para a formação de cidadãos mais conscientes, participativos e comprometidos.



O projeto R@dares nasceu no ano letivo de 2016/2017, a partir do sonho dos alunos da turma C, do 9.º ano de escolaridade, que encontraram no orçamento participativo a oportunidade de criar uma rádio escolar. Com o apoio da direção, o projeto ganhou forma através de reuniões semanais com a diretora de turma, sendo a aprovação da candidatura a primeira grande conquista do grupo e um incentivo para prosseguir. No ano letivo seguinte, com a aquisição do primeiro equipamento, surgiram novas candidaturas, contando também com o contributo dos alunos de apoio tutorial específico, permitindo completar o material técnico necessário. Em 2019, realizou-se o lançamento oficial da rádio, evento que contou com a presença de ex-alunos fundadores e de Manuel Costa Leal, jornalista da Rádio Nova, emissora que continua a acompanhar e apadrinhar o projeto. Devido a obras realizadas na escola, o projeto foi interrompido, mas retomado em 2020/2021, com a constituição de uma equipa de professores que ficou responsável pela dinamização das áreas de locução, redação, produção e *web*. Esta equipa envolveu a comunidade educativa na criação de conteúdos jornalísticos, musicais e institucionais, incentivando alunos e professores a participarem ativamente.

Atualmente, a Rádio R@dares dispõe de cabina de emissão em direto, no espaço polivalente dos alunos, e de um pequeno estúdio, junto à sala de Educação Musical. Apesar das limitações, estes espaços permitiram consolidar o projeto, enquanto se projeta a futura instalação da rádio num novo espaço, a requalificar, ligado a uma longa história de partilhas, desafios e causas educativas. A dinâmica do projeto reflete-se no entusiasmo e criatividade dos alunos, que desenvolvem múltiplas iniciativas. Durante as sessões do clube, organizam-se tarefas como redação de textos, gravações, emissões *online* e diretos. A programação musical promove momentos de convívio e animação nos intervalos e tempos livres, tornando a rádio um ponto de encontro e inspiração para a comunidade escolar.

Com o envolvimento de alunos e professores, a rádio evoluiu com novas rubricas que exploram conteúdos culturais, literários, musicais e entrevistas. Destaque para o programa *Nós é que sabemos*, com entrevistas a crianças da educação pré-escolar e alunos do 1.º ciclo do ensino básico, e, também, para a rubrica *Dicas de Poupança*. Através da internet, com a transmissão em *streaming* (<https://radares.caster.fm/>), a Rádio R@dares abriu portas ao mundo, permitindo que a voz de alunos, professores, pessoal não docente e membros da comunidade chegue cada vez mais longe. Pretende-se, agora, alargar a participação a mais crianças e jovens do agrupamento, reforçando a valorização da diversidade, a inclusão e a divulgação das atividades escolares.

Elisabete Almeida / Salomé Brandão
Fotografias: RR

NADA SAI MESMO DE MODA. É APENAS ATUALIZADO PARA OS TEMPOS MODERNOS

O nome diz tudo — “R@dares, por ser rádio e por ser de Valadares”, explica a Ana. É uma rádio que “não funciona só para esta escola, mas para todos os que quiserem ouvir”. A Leonor esclarece que, esteja onde estiver, quem “ligar o computador, ou o telemóvel, e meter o nosso *site*, consegue ouvir a transmissão”. Na escola, “ouve-se no sítio onde metermos a coluna”. E ouve-se, o quê? A Maria elucida: “música, claro, e também as entrevistas que fazemos, passamos áudios e trabalhos que fazemos”, do tipo, “agora estamos perto do Carnaval, pode ser texto sobre o Carnaval, sobre o dia de São Valentim, o dia dos afetos, sei lá, textos com um tema que cada um dos alunos pode escolher”. Na R@dares, também se fazem diretos, do estúdio da técnica, como daquela vez em que foram entrevistados os candidatos à câmara de Gaia.

Declarações de amor em direto, que o Simão tenha conhecimento, ainda não houve, “mas podia acontecer, quem sabe?”. O que o Simão não faz é pôr música, “porque gosto mais de dar a vez aos outros”. Quanto às músicas, os ouvintes têm a possibilidade de “escrever numa folha as músicas que querem ouvir”. E a Ana especifica que “não é qualquer música que se mete lá na rádio, até porque estamos dentro de uma escola, então, há limites”. Por exemplo, “decidimos que só metemos músicas sem palavrões”. São maioritariamente em inglês, porque “com a música aprende-se bastante e a nossa função na rádio é meter essas músicas para os alunos aprenderem outras línguas”, mas também há música portuguesa, como a “Bárbara Tinoco, o Tony Carreira e outros assim”.

Todo o trabalho da rádio é da responsabilidade do Clube da Rádio, esclarece a Maria (“atualmente com 24

elementos”, precisa o Rodrigo), que tem uma coordenadora, a Francisca, que se assume como “uma espécie de líder”. É ela quem está quase sempre na cabina, onde “dou as direções, digo como fazemos uma coisa ou como fazemos outra”, em suma, “sou uma espécie de mentora”. Quem quiser fazer parte do clube, faz uma espécie de estágio “de uma semana experimental”, em que “cada um pode ver todas as áreas que nós temos”, tem acesso à cabina e, embora não seja obrigatório, “pode vir às nossas reuniões, onde decidimos o que fazemos durante a semana”.

A «SPN/Informação» quis saber se, na era da imagem e do vídeo, este projeto não estava fora de moda. A Ana opinou que “nós somos de menor idade e muitos pais não querem que os meninos apareçam nas redes sociais”, logo, com a rádio “evitamos isso”. Por outro lado, a rádio tem uma certa magia: “nós queremos que as pessoas imaginem aquilo que nós estamos a fazer”. Por sua vez, a Leonor lembra que “as pessoas podem estar a ouvir a nossa rádio e fazer outras coisas, em vez que estarem coladas ao ecrã”. A conclusão é da Francisca: “eu diria que nada sai mesmo de moda. É apenas atualizado para os tempos modernos. As pessoas continuam a gostar de ouvir rádio, principalmente no carro”.

Conquistado o mundo, pela via do *streaming* da internet (<https://radio.aevaladares.pt/>), agora o sonho do Rodrigo (“engenheiro da rádio”) é conquistar a escola toda, mas isso vai ser difícil, porque, “estes cabos normais dão um pouco de interferência e provocam um pouco de *delay*. Vamos ter de usar cabos de fibra ótica para conseguir transmitir para a escola toda”. E no que depender do Rodrigo, que ninguém duvide: a R@dares ouvir-se-á na escola toda!



Francisca Pedrosa, Maria Couto, Leonor Pinto, Pedro Mendes, Ana Mendes, e Simão Almeida

De pé: Rodrigo Ramirez

NÃO SE COMBATE A ESCASSEZ COM O FACILITISMO

Não, não damos aulas. *Dar aulas* “é para qualquer um, e isso não é ser professor!” — dizia-me uma *velha* professora, quando cheguei à profissão. Primeiro, não concordei, depois compreendi. Hoje, a alma e a essência de se ser professor estão em perigo. Os nossos alunos merecem mais, com certeza. Em tempo útil, alertamos para a “crónica de uma falta de professores anunciada”. Ninguém nos ouviu. Há quinze mil professores fora do sistema de ensino. Que bom que seria que regressassem. Os nossos alunos agradeciam... Naquilo que já não é Ministério da Educação, há uma tentativa de querer atribuir aos diretores um poder de reconduzir, vincular e contratar docentes. E a graduação e a habilitação profissionais, garantes da colocação docente? Às urtigas! A existência de um concurso nacional, com a graduação profissional, à cabeça? Às urtigas! Mas eu, urtigas, nem na sopa! Somos professores, temos uma vida de entrega e não aceitaremos o aviltar da nossa essência. Sim, eu não dou aulas. Sou e serei professora!

Sandra Esteves

Sócia n.º 33475, EB Ponte (Santo Tirso)

Optou pelo grito. Saiu-lhe descontrolado, produziu algum efeito, pouco duradouro. Os 50 minutos que durou a aula foram pouco menos que uma tortura. Intervalo. Dirigiu-se à sala dos professores, mecanicamente, atrás dos outros que se desviavam dos encontros no corredor. Uma colega mais idosa ter-lhe-á lido a frustração no rosto. Sorriu-lhe abertamente. Ele retribuiu a custo. “Tiveste o D” — e riu-se —, “ninguém te avisou do que te esperava?”. Ele lembrou-se de Ana, a amiga que o incentivara a aceitar o lugar. Ana achava que, no terreno, tudo seria mais fácil, pois, mal conhecesse “os miúdos, criava uma relação e a coisa fluía”. E lembrou-se do pai, que repetidamente dizia que tudo se aprende e que “a gente só tem uma solução: adaptar-se”. Só que ele não sabia como lidar com tudo aquilo. Ninguém o ensinara. Não estava preparado. Talvez quando fosse como a professora mais idosa soubesse mais alguma coisa. Saberá, certamente!

Dulce Vilas Boas

Sócia n.º 939, AE N.º 1 de Gondomar

Andamos todos *atrapalhados* com a falta de professores. E embora saibamos que para colmatar a falta crescente de professores há, neste momento, muitos licenciados a assumir funções docentes, sem qualquer preparação pedagógica e metodológica, não devemos deixar *atrapalhar* ainda mais o sistema, diminuindo a qualidade e a exigência nas regras de formação científica e pedagógica dos jovens professores e abrindo as portas à desigualdade, à injustiça e à ilegalidade laborais. Com as alterações previstas, na atual revisão do ECD, o governo vai criar uma autêntica *trapalhada* que só vai agravar a situação da Educação e prejudicar o futuro dos nossos jovens e das nossas crianças, assim como de todos os agentes educativos.

Gabriela Alves

Sócia n.º 33283, AE Prof. António Natividade (Mesão Frio)

Sílvia (nome fictício), 54 anos, professora do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, com 2500 dias de serviço, confirma que esteve fora do sistema, alguns anos, “a trabalhar numa empresa, pois o contrato era irrecusável com oportunidade de efetivação”. No entanto, a vocação para ensinar chamava-a e, oito anos mais tarde, quando tentou voltar, soube que tinha passado a 3.ª prioridade. “Isto significa receber propostas de oito horas semanais, com contrato de um mês. Tenho de me sujeitar a trabalhar para várias escolas a recibos verdes. É impossível viver assim!”. O caso da Sílvia é apenas um, em muitos. É caso para perguntar: “chegámos ao fundo do poço?”. A redução dos requisitos para a docência não é a solução para a falta de professores. Não podemos permitir que nos empurrem para o fundo do poço.

Maria José Melo Araújo

Sócia n.º 48577, desempregada

A falta de professores nas escolas públicas e privadas deixou de ser um dado estatístico — é uma realidade sentida por todos! Por isso, o governo decidiu que profissionais com outras formações académicas possam ingressar no ensino público, mesmo sem preparação pedagógica. Esta competência constrói-se com formação em didática, pedagogia, psicologia, sociologia da educação, entre outras áreas, que ajudam a compreender os alunos na sua diversidade e a responder às múltiplas realidades da escola. Valorizar verdadeiramente a profissão docente — garantindo estabilidade, condições dignas de trabalho, progressão justa e reconhecimento social — é essencial para atrair e manter profissionais qualificados. Só assim será possível assegurar, de forma consistente, uma Educação de qualidade para todos.

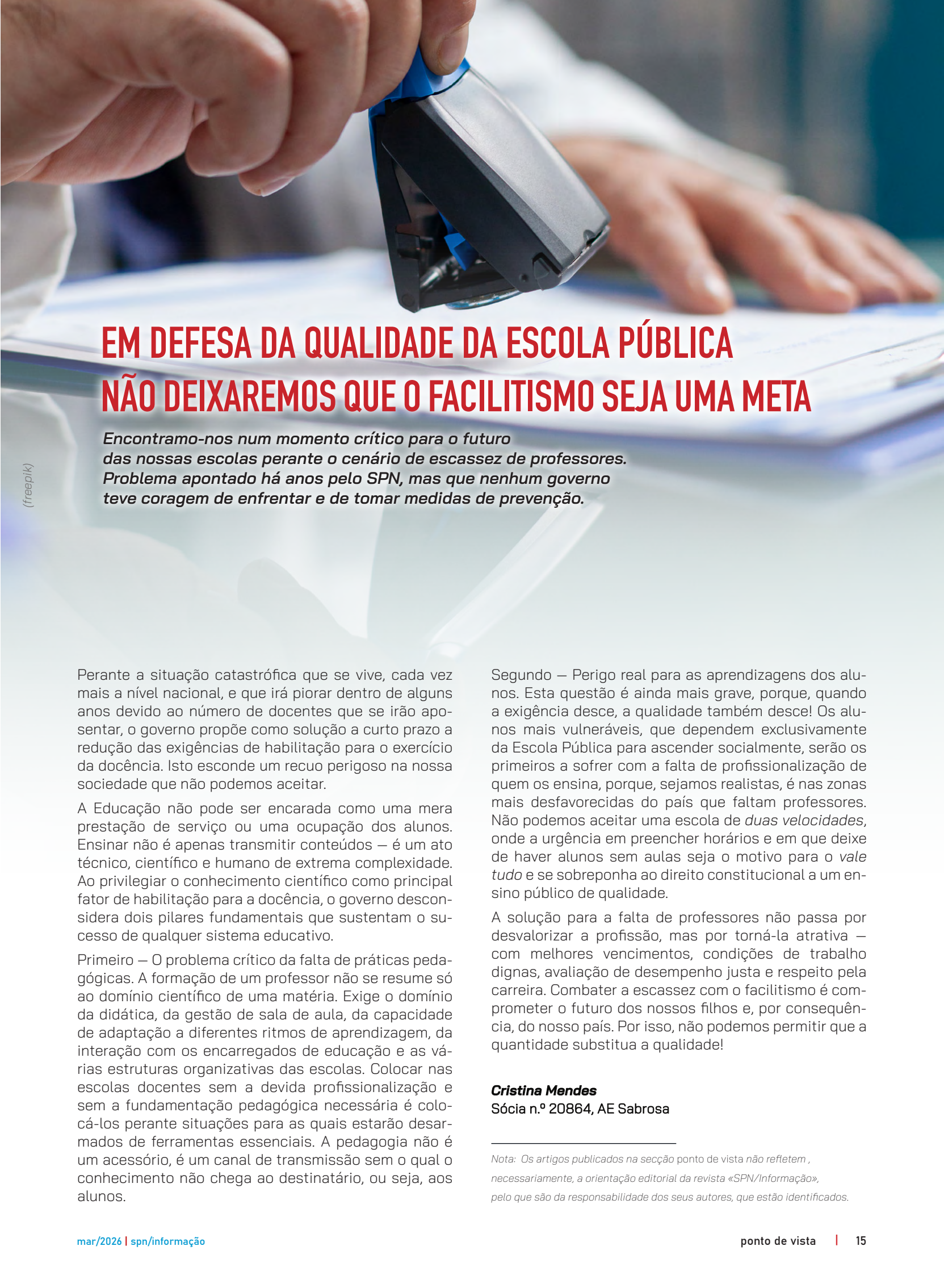
Teresa Paula Mourão Seixas

Sócia n.º 26166, AE Teixeira Pascoais (Amarante)

Parece que o governo quer alterar as habilitações para a docência e permitir que pessoas com outros cursos superiores também possam ser professores sem estágio pedagógico. Para o governo, qualquer um vai poder ser professor, mas isso não é verdade. Ser professor é muito mais do que isso! É ser formador das próximas gerações; é ser um esteio no caminho dos alunos; é ter paciência para os ouvir, empatia para os compreender, criatividade para os motivar e dedicação para os formar. A pergunta impõe-se: como é que pessoas completamente alheias às especificidades da profissão vão lidar com os problemas de gestão da sala de aula, a falta de motivação dos alunos, o *bullying*, a intolerância ou a agressividade crescente? Talvez os imigrantes lhe perguntem e os nossos netos e bisnetos tenham um professor do Nepal a lecionar Português.

Ana Coutinho

Sócia n.º 44301, AE N.º 1 de Gondomar



EM DEFESA DA QUALIDADE DA ESCOLA PÚBLICA NÃO DEIXAREMOS QUE O FACILITISMO SEJA UMA META

Encontramo-nos num momento crítico para o futuro das nossas escolas perante o cenário de escassez de professores. Problema apontado há anos pelo SPN, mas que nenhum governo teve coragem de enfrentar e de tomar medidas de prevenção.

Perante a situação catastrófica que se vive, cada vez mais a nível nacional, e que irá piorar dentro de alguns anos devido ao número de docentes que se irão aposentar, o governo propõe como solução a curto prazo a redução das exigências de habilitação para o exercício da docência. Isto esconde um recuo perigoso na nossa sociedade que não podemos aceitar.

A Educação não pode ser encarada como uma mera prestação de serviço ou uma ocupação dos alunos. Ensinar não é apenas transmitir conteúdos – é um ato técnico, científico e humano de extrema complexidade. Ao privilegiar o conhecimento científico como principal fator de habilitação para a docência, o governo desconsidera dois pilares fundamentais que sustentam o sucesso de qualquer sistema educativo.

Primeiro – O problema crítico da falta de práticas pedagógicas. A formação de um professor não se resume só ao domínio científico de uma matéria. Exige o domínio da didática, da gestão de sala de aula, da capacidade de adaptação a diferentes ritmos de aprendizagem, da interação com os encarregados de educação e as várias estruturas organizativas das escolas. Colocar nas escolas docentes sem a devida profissionalização e sem a fundamentação pedagógica necessária é colocá-los perante situações para as quais estarão desarmados de ferramentas essenciais. A pedagogia não é um acessório, é um canal de transmissão sem o qual o conhecimento não chega ao destinatário, ou seja, aos alunos.

Segundo – Perigo real para as aprendizagens dos alunos. Esta questão é ainda mais grave, porque, quando a exigência desce, a qualidade também desce! Os alunos mais vulneráveis, que dependem exclusivamente da Escola Pública para ascender socialmente, serão os primeiros a sofrer com a falta de profissionalização de quem os ensina, porque, sejamos realistas, é nas zonas mais desfavorecidas do país que faltam professores. Não podemos aceitar uma escola de *duas velocidades*, onde a urgência em preencher horários e em que deixe de haver alunos sem aulas seja o motivo para o *vale tudo* e se sobreponha ao direito constitucional a um ensino público de qualidade.

A solução para a falta de professores não passa por desvalorizar a profissão, mas por torná-la atrativa – com melhores vencimentos, condições de trabalho dignas, avaliação de desempenho justa e respeito pela carreira. Combater a escassez com o facilitismo é comprometer o futuro dos nossos filhos e, por consequência, do nosso país. Por isso, não podemos permitir que a quantidade substitua a qualidade!

Cristina Mendes
Sócia n.º 20864, AE Sabrosa

Nota: Os artigos publicados na secção ponto de vista não refletem, necessariamente, a orientação editorial da revista «SPN/Informação», pelo que são da responsabilidade dos seus autores, que estão identificados.

UM PROCESSO QUE PODE FAZER PERIGAR O

Em bom rigor, o Estatuto da Carreira Docente (ECD) já leva dois anos em processo de revisão. Primeiro, o governo pediu a demissão; depois, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) demorou cinco meses para retomar o processo, e só o fez após muita insistência da Fenprof. Neste processo, a Federação garante, desde já, que um eventual acordo depende dos conteúdos da proposta global final, uma vez que um normativo estruturante como o ECD tem de ser considerado como um todo. E, claro, terá de contemplar uma efetiva valorização da carreira docente!

Protocolo negocial

Retomar não é a palavra certa. Sê-lo-á, sim, reiniciar, pois foi apresentado um outro protocolo que, basicamente, sofre do mesmo mal do anterior. Também neste, o MECI/governo não se quis comprometer com uma data previsível para o término das negociações e lá foi assumindo que seria para o final de 2026, com entrada em vigor em 2027. No que toca às matérias a rever e à ordem pela qual a revisão se faria, foram aquelas que muito bem quis, não contendo a lista matérias tão significativas como um regime específico de aposentação, o regime disciplinar ou as formas de mobilidade. Por outro lado, matérias que deveriam ser prioritárias, como a revisão da carreira, o estatuto remuneratório ou a avaliação de desempenho foram relegadas para último lugar na ordenação dos temas a negociar. No que respeita ao protocolo propriamente dito, objeto de análise em novembro, o MECI não aceitou nenhuma das propostas apresentadas pela Federação e, por isso, esta não o assinou, uma vez que “não abdica de dar prioridade à valorização da carreira”. O mais curioso, é verificar que, após a primeira proposta, o MECI enviou uma contraproposta que tinha como objetivo a celebração de um acordo dando prioridade à valorização da carreira docente. No entanto, na proposta, estas matérias são relegadas, claro, para o final do processo negocial. A não assinatura do protocolo por parte da Fenprof não impediu, porém, a participação nas negociações com a mesma postura colaborativa de sempre, apresentando propostas, tendo em conta as prioridades da valorização da carreira docente e o superior interesse dos educadores e dos professores.

Tema 1

Arrumada a questão do protocolo negocial, dezembro foi mês para discussão do *Perfil geral do docente; direitos, deveres e garantias* (tema 1), que se prolongou para janeiro. Questão sensível, e admitindo que ao longo das reuniões foram sendo introduzidas alterações no articulado, também aqui as propostas da Fenprof não foram consideradas, apesar de “alguma aproximação na linguagem”. Contas feitas, a Federação considerou que, porque estruturantes, as matérias em questão serão revisitadas ao longo do processo negocial. A Fenprof tem, hoje, poucas dúvidas que a intenção do MECI é configurar o fim da carreira de corpo especial dos educadores e dos professores, diluindo-a no conjunto dos direitos e deveres da Administração Pública. E, recorde-se, a definição de corpo especial não advém do facto de os professores serem especiais, mas pela natureza da função que exercem, em prol do serviço público de Educação. Do que ficou escrito, a Federação considera não ser admissível que o perfil do docente remeta a sua matriz para o ReCAP (Referencial de Competências para a Administração Pública), não sendo tranquilizadora a declaração, na reunião, de que esta referência é uma formalidade necessária, mas sem implicações práticas. Também considera inaceitável a eliminação de referências expressas ao direito à negociação coletiva e ao direito à participação no processo educativo, atualmente inscrito no ECD como um “direito de participação que pode ser exercido a título individual ou coletivo, nomeadamente através das organizações profissionais e sindicais do pessoal docente”. Além disso, não há, nos direitos e garantias, uma referência clara a condições de trabalho dignas, designadamente ao nível dos horários e suas diversas componentes. Em suma, a Fenprof não deu como fechado o tema 1 e, de acordo com o assumido pelo MECI/governo, reiterou o compromisso de voltar a colocar estas questões ao longo do processo negocial, sempre que as matérias em concreto a isso obriguem.

ECD E A ESCOLA PÚBLICA



Tema 2

No momento do fecho desta edição da «SPN/Informação», não se conhece o desenlace do processo negocial no que toca a *Habilitação para a docência, Recrutamento e Admissão* (tema 2). Contudo, existe a certeza de que a Fenprof não aceitará qualquer abaixamento das habilitações para a docência, tampouco o fim ou a limitação do concurso nacional e anual, por graduação profissional, instrumentos essenciais para garantir transparência, equidade e qualidade no acesso à profissão, e com o ingresso na carreira a ser feito por via de colocação em lugar de quadro de agrupamento, de escola não agrupada ou de zona pedagógica. A discussão deste tema enferma de um pecado original, pois o MECI pretende oficializar o combate à falta de professores com o abaixamento das habilitações, o que se revelaria, decerto, desastroso para o país. A Fenprof reforça o que sempre assumiu, afirmando que não é desta forma que se combate a escassez de docentes — é através da sua valorização. E já! Além da nivelação por baixo das obrigações habilitacionais e de não ser claramente afastada a integração dos educadores e dos professores em mapas de pessoal, através do conceito de procedimento concursal como forma de adoção de fatores de seleção mais subjetivos, que até poderá abrir a possibilidade de atribuição da contratação aos diretores das escolas ou dos agrupamentos, as intenções do MECI/governo para a carreira dos docentes vão sendo cada vez mais claras e as explicações dadas não são de molde a tranquilizar — fragilização dos vínculos; discricionariedade na contratação; extinção do corpo especial de docentes; extinção do regime de quadros; abolição do conceito de vinculação dinâmica; celebração de contratos por tempo indeterminado na dependência da cabimentação orçamental e não das necessidades reais das escolas e do sistema educativo; introdução de novos períodos experimentais; possibilidade de celebração de contratos individuais de trabalho...

ECD valorizado ou minado?

Era sabido que a revisão do ECD, impulsionada por um governo de matriz neoliberal, poderia ser complicada. E a Fenprof entende que só faz sentido rever este documento estruturante da carreira se conduzir à sua melhoria, à correção de injustiças e iniquidades e a uma valorização real da carreira e da profissão. Caso contrário, já basta assim! No parecer que se encontra a ultimar, a Federação constata que muito do que se conhece dos primeiros dois temas vai em sentido negativo, “divergindo e conflituando com as exigências fundamentais de valorização, de melhoria da condição docente e de atratividade para o exercício da profissão”. Claro que o futuro dirá “se as piores expectativas que foram criadas pelas posições que estão a ser assumidas pelos representantes do MECI/governo vão ou não confirmar-se e concretizar-se”, mas, para a Fenprof, “é necessário que tudo o que continuar a decorrer do reconhecimento de especificidades inerentes à profissão docente fique inscrito no quadro legal que contiver o ECD, após este processo de revisão”. Assim, salienta que um eventual acordo sobre a revisão do ECD depende dos conteúdos da proposta global final, uma vez que um normativo estruturante como este tem de ser considerado como um todo, pelo que nenhum tema, independentemente da ordem das abordagens, poderá ser dado, prematuramente, como encerrado.

RR/JMC

DEVERES OBJETIVOS DE CUIDADO E VIGILÂNCIA DOS DOCENTES: QUE LIMITES PARA A SUA RESPONSABILIZAÇÃO?

Este artigo é motivado pela recente notícia da condenação de um professor de Educação Física em pena de prisão suspensa na execução, pelo Tribunal de Leiria, pela prática de um crime de homicídio por negligência. Em causa esteve a morte de um aluno durante uma das suas aulas (maio/20221). O tribunal considerou provado que o professor não assegurou as condições de segurança exigíveis para a utilização da baliza que tombou sobre o aluno, provocando-lhe a morte.

Nos termos do que resulta da sentença, o professor utilizou o equipamento, apesar de ter alertado o colégio e a academia de futebol para a falta de contrapesos para suportar a baliza e de ter avisado os alunos para não se pendurarem nas balizas. “Alertar não elimina o risco, dada as idades com quem estava a lidar. Neste dia facilitou, não se conformando que a baliza poderia cair em cima do aluno e provocar-lhe a morte. Coube a si a decisão quanto ao uso da baliza naquele dia e naquelas circunstâncias”, afirmou o tribunal, acrescentando que o professor “deveria ter agido com a fixação da baliza, de forma a evitar a queda”, ou então deveria ter-se absterido de a utilizar. A sentença sublinhou que, não obstante o professor, pelo menos desde 2018, solicitasse a aquisição de contrapesos para a baliza em causa à direção do estabelecimento de ensino e à academia de futebol que também utilizava o espaço e não estivessem disponíveis, naquele dia, contrapesos, ele era o responsável pelo uso correto e cuidado do material em aula. E que ao fazer a utilização, naquele dia, de balizas amovíveis sem contrapesos, devia prever as consequências e ter consciência do perigo em que colocou os seus alunos, tendo omitido, assim, o cumprimento do dever objetivo de cuidado a que, enquanto professor, estava obrigado.

Este caso, para além das marcas que decerto deixou em todos os envolvidos, deverá fazer-nos refletir acerca dos riscos que os docentes correm diariamente no exercício da profissão pelo estado de degradação das instalações ou equipamentos que lhes são confiados para trabalhar. Além de transmitir conteúdos, o professor assume uma responsabilidade jurídica perante os seus alunos, que decorre da posição de autoridade, da confiança depositada pelas famílias e da própria função social da escola. Entre os diversos deveres que lhe estão adstritos, destaca-se o dever de cuidado, entendido

como a obrigação de os docentes protegerem a integridade física e psíquica dos alunos durante o período em que se encontram sob a sua autoridade e supervisão, bem como de evitarem a sua sujeição a situações de risco previsíveis.

Os tribunais têm maioritariamente decidido que a omissão deste dever pode espoliar a responsabilização civil e criminal do professor quando: podendo e devendo agir, não atua para prevenir um risco objetivamente previsível; essa conduta lhe fosse exigível segundo padrões de diligência média; o dano tiver decorrido diretamente dessa omissão. Ou seja, a responsabilização não assenta numa lógica de risco absoluto, mas antes numa avaliação casuística da diligência exigível ao profissional em idênticas circunstâncias.

Cientes dos riscos a que constantemente estão sujeitos, não podemos deixar de recomendar que, uma vez confrontados com condições de trabalho que previsivelmente possam colocar em risco a integridade dos vossos alunos, façam um imediato reporte da situação, por escrito, para o superior hierárquico e para a entidade gestora da instalação ou do equipamento e, concomitantemente, solicitem a disponibilização de um novo local ou de um novo equipamento para o efeito, escusando-se de utilizar o bem defeituoso. Com esta escusa não ficarão, naturalmente, desobrigados de lecionar com assiduidade essas aulas ou de lecionar os conteúdos programáticos; deverão é fazê-lo em espaço diverso ou utilizando outros recursos ou metodologias, enquanto a sua substituição ou reparação não for assegurada.

Filipa Pintalhão
Gabinete Jurídico



FUSÃO DOS DOIS PRIMEIROS CICLOS

Fernando Alexandre, ministro da Educação, anunciou na Assembleia da República (20/jan) que, no ano letivo 2027/2028, teremos uma revisão curricular que incidirá sobre as aprendizagens essenciais e as cargas horárias das disciplinas, havendo uma fusão dos dois primeiros ciclos do ensino básico.

Qual é, efetivamente, a proposta? Não sabemos, o ministro não concretizou.

Então, o que sabemos? Sabemos que uma fusão de ciclos implica uma revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), uma vez que é aí que está determinado que o ensino básico é constituído por três ciclos: i) um primeiro de quatro anos, em regime de monodocência; ii) um segundo de dois anos, organizado por áreas disciplinares; iii) um terceiro, de três anos, organizado por disciplinas.

Sabemos, também, que se o governo revir a LBSE, dificilmente o fará de forma comedida. Procurará, antes, aproveitar a atual composição parlamentar para alcançar um velho desígnio, que é a inscrição da “liberdade de escolha”, o clássico eufemismo para “financiamento do ensino privado” que, de resto, já foi tentado por David Justino e vetado por Jorge Sampaio. Com tal inscrição, em vez de uma rede pública, passaríamos a ter uma rede de escolas, públicas e privadas, a ser suportada pelo erário público.

Quanto à fusão propriamente dita, que modelo será adotado? Será o 1.º ciclo do ensino básico, em regime de monodocência, que vai ficar igual ao 2.º ciclo, em regime com áreas disciplinares? Será o contrário? Será que na mente do ministro está em gestação um modelo híbrido? Ou haverá uma nova divisão que ninguém consegue, ainda, descortinar?

O atual modelo de organização do sistema educativo, por ciclos de educação e ensino, decorrente da LBSE, tem 40 anos e como não foi feita nenhuma avaliação pedagógica, está-nos cá a parecer que a razão para a fusão será outra. Cruzando a ideia da fusão com as anunciadas alterações nas cargas horárias das disciplinas e considerando o facto de, até agora, o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) só ter tomado medidas conjunturais para atacar o problema da falta de professores, parece óbvio que a proposta, espremidinha, espremidinha, mais não seja do que uma mera medida de rentabilização dos docentes disponíveis no sistema, de modo a permitir a colocação de professores do 1.º ciclo no 2.º, ou o contrário.

De igual modo, a revisão das aprendizagens essenciais não procurará mais do que conferir um papel cimeiro à avaliação externa dos alunos (provas ModA ou provas finais), que servirá depois, em função dos resultados, para atribuir prémios de mérito aos docentes e financiamento às escolas. Pode não parecer, mas está tudo ligado — fusão de ciclos, cargas horárias das disciplinas, aprendizagens essenciais, revisão curricular, revisão da LBSE, avaliação de desempenho docente... Tudo faz parte do programa de um governo que pretende demolir o serviço público de Educação, com as características do nosso — universal, inclusivo e de qualidade.

FG

VALORIZAÇÃO TAMBÉM NO ENSINO SUPERIOR E NA INVESTIGAÇÃO

Duas iniciativas marcaram ação do Departamento do Ensino Superior e Investigação (SPN/DESI), ambas no âmbito da Fenprof.

Uma esteve relacionada com a participação na Caravana

“Somos Professores. Damos Rosto ao Futuro! Valorização, Já!”;

outra com a Campanha “Respeito e Valorização, Já”, que inclui um inquérito sobre posicionamento remuneratório dos docentes do ensino superior.

Somos professores. Damos rosto ao futuro

A participação do SPN/DESI na caravana revestiu-se de particular significado, ao afirmar de forma clara que a valorização das carreiras constitui uma exigência transversal a todos os níveis de ensino, incluindo o ensino superior e a investigação e teve um duplo propósito: i) inscrever de forma inequívoca a necessidade de valorização das carreiras docentes e de investigação no debate público; ii) reforçar a unidade entre professores e investigadores em torno de objetivos comuns de dignificação profissional.

A participação na caravana, principalmente no dia dedicado ao distrito de Viana do Castelo (23/fev), assumiu especial relevância, constituindo um momento de afirmação pública das reivindicações do setor e marcando o início de uma campanha especificamente orientada para a valorização das carreiras dos docentes do ensino superior e dos investigadores científicos. A organização distrital e o delegado sindical do Instituto Politécnico de Viana do Castelo desempenharam um papel relevante na dinamização das ações realizadas junto da Escola Superior de Educação e da Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Estas iniciativas permitiram o contacto direto com docentes, investigadores e estudantes, reforçando a importância da valorização das carreiras para o futuro do ensino superior. O SPN/DESI aproveitou a oportunidade para, desta forma, reforçar o alerta para a persistência de práticas de gestão em algumas Instituições de ensino superior que colocam em causa o cumprimento de direitos laborais e fragilizam as relações contratuais, com impactos negativos na estabilidade profissional e na qualidade do serviço público prestado.

Respeito e Valorização

A Fenprof lançou uma campanha, a que deu o nome “Respeito e Valorização, já!”, que tem como objetivos: dar visibilidade aos problemas estruturais que afetam o sistema; reivindicar soluções concretas; informar os docentes e investigadores sobre os seus direitos, promovendo a coesão e a mobilização em torno de uma agenda comum.

Porque a valorização e a dignificação das carreiras dos docentes do ensino superior e dos investigadores científicos não podem continuar a ser adiadas, e porque é urgente uma resposta firme, coletiva, a Fenprof promove um inquérito destinado a caracterizar a situação dos docentes do ensino superior relativamente à correta colocação nos índices remuneratórios após promoção, à aplicação das progressões obrigatórias e à aplicação das progressões por opção gestonária. O inquérito destina-se exclusivamente a professores de carreira (não a investigadores ou outras categorias profissionais), uma vez que as questões abordadas dizem respeito a direitos e mecanismos estatutários específicos desta carreira. Todas as respostas são anónimas e confidenciais e os dados recolhidos serão tratados apenas de forma agregada, impossibilitando a identificação individual dos respondentes. Dada a importância deste levantamento, que permitirá consolidar informação indispensável à intervenção sindical, reforçando a exigência de cumprimento da legislação e de respeito pelos direitos dos docentes, o SPN/DESI apela à participação a todos os docentes do universo identificado.

HM



Docentes do Ensino Superior
e Investigadores Científicos



TRABALHO IGUAL, DIREITOS IGUAIS!

Três iniciativas marcaram a ação dos departamentos da Educação Pré-escolar (EP-E) e do 1.º Ciclo do Ensino Básico (1.º CEB), do SPN. Duas relacionadas com o abaixo-assinado/petição “Por melhores condições de trabalho” e outra associada ao “Inquérito sobre as condições de trabalho em monodocência”.



Abaixo-assinado/petição

Tendo como referência a carta reivindicativa da monodocência, a Fenprof promoveu um abaixo-assinado/petição exigindo melhores condições de trabalho e a abertura de processos negociais com vista à resolução dos problemas aí identificados, que foi subscrito por 15 322 docentes. Sob forma de petição, as assinaturas foram entregues na Assembleia da República (18/dez) e, posteriormente, a Comissão de Educação e Ciência agendou uma audição de peticionários para março. Em formato de abaixo-assinado, as assinaturas foram entregues no Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI). O ato foi assinalado por um plenário nacional de docentes em monodocência (9/jan), realizado à porta do MECI. Foi um plenário muito participado, no qual os presentes expressaram exigências e reivindicações e, no final, aprovaram a moção “Monodocência: trabalho igual, direitos iguais. Equidade, já!”.

Inquérito sobre condições de trabalho

Em janeiro (22/jan), a Fenprof entregou, na Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC), os resultados do inquérito nacional sobre as condições de trabalho em monodocência e solicitou uma intervenção urgente deste organismo, de forma a permitir a clarificação de procedimentos e pôr termo a práticas ilegais ou abusivas. O inquérito recolheu 351 respostas e revelou práticas preocupantes que colocam em causa a qua-

lidade do trabalho educativo, a segurança de crianças e alunos, bem como o respeito pelo enquadramento legal e pelas funções docentes. Na EP-E, as conclusões destacam a responsabilização indevida de assistentes operacionais e, no 1.º CEB provam que a distribuição de alunos em dias de ausência é a resposta dominante. O inquérito identifica, ainda, práticas ilegais, nomeadamente em contexto de greve, em que assistentes operacionais ficam responsáveis pelos grupos ou turmas.

A fusão de ciclos de escolaridade

O ministro da Educação anunciou uma revisão curricular, a entrar em vigor no ano escolar 2027/2028, que engloba alterações às aprendizagens essenciais, às cargas horárias das disciplinas e a fusão dos 1.º e 2.º CEB. Dado o melindre da matéria, o SPN exige a avaliação rigorosa das condições existentes, o efetivo envolvimento da comunidade educativa e um debate público esclarecido sobre as consequências pedagógicas, organizacionais e sociais. Os educadores e os professores não podem ser meros espetadores — têm o direito, e o dever, de intervir no debate público, de exigir participação efetiva nos processos de decisão e de recusar soluções impostas sem diálogo.

APT/MgM

EPC — A FALTA DE DOCENTES COMBATE-SE COM VALORIZAÇÃO EM TODOS OS SETORES

Entre duas negociações em que participou a Fenprof — Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF) e Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) —, a equiparação ao setor público em termos remuneratórios e condições de trabalho continua distante. Importa, ainda, trazer para o debate um problema muitas vezes tratado como exclusivo da escola pública: a falta de educadores e de professores.

Na escola pública, o problema tem-se agravado e deixou de ser localizado. Se zonas como Lisboa, Algarve e Setúbal continuam a registar maior escassez, também a Norte surgem sinais preocupantes. Sem políticas estruturais de valorização da profissão, corre-se o risco de transformar uma carência conjuntural num problema estrutural.

O ensino profissional privado, os colégios e as instituições do setor social começam a sentir dificuldades de recrutamento e retenção de docentes. Está em curso um movimento, discreto, mas crescente, de saída de docentes destes setores para a Escola Pública, vista por muitos como uma alternativa mais estável, com melhores perspectivas de progressão e melhores condições laborais.

E que fatores explicam a migração do setor privado para o setor público? A comparação entre setores deve considerar o conjunto das condições de trabalho. A questão não é apenas remuneratória, embora essa vertente seja determinante.

Acresce que, na Escola Pública existe a redução da componente letiva em função da idade e do tempo de serviço, até um máximo de 8 horas (aos 60 anos e com 25 anos de serviço), realidade sem equivalente nos setores privado e social. Estas diferenças ajudam a explicar a mobilidade entre estes setores. Sem valorização clara das carreiras docentes no privado e social — salarial, contratual e nas condições de trabalho — a falta de educadores e professores tenderá a tornar-se um problema estrutural transversal a todo o sistema educativo.

A realidade é simples: os educadores e professores do ensino privado e do setor social têm as mesmas qualificações, enfrentam as mesmas exigências pedagógicas e assumem a mesma responsabilidade educativa, devendo isso refletir-se nas condições de trabalho e na carreira. Existem, ainda, áreas onde a resposta pública é insuficiente ou inexistente — como creche, ensino profissional e ensino artístico —, asseguradas maioritariamente pelo setor privado e social. Sendo respostas essenciais ao país, os profissionais que nelas trabalham devem ter direitos e condições equivalentes aos docentes da Escola Pública, porque *à mesma profissão, os mesmos direitos!*.

CM

Dimensão	Público	Privado e Social	Diferença
Remuneração mensal (início da carreira)	1.770,69 €	1.375,00 € (EPC, EP, EAE)	- 395,69 €
		1.205,00 € (Misericórdias)	- 565,69 €
		1.150,00 € (IPSS)	- 620,69 €
Remuneração mensal (topo da carreira)	3.770,19 €	3.180,00 € (IPSS: 2.º/3.º CEB)	- 599,19 €
		3.155,00 € (EPC, EP, EAE)	- 624,19 €
		2.688,00 € (IPSS: educadores/1.º CEB)	- 1.091,19 €
		2.253,00 € (Misericórdias)	- 1.526,19 €
Componente letiva (por semana): EP-E e 1.º CEB	25 horas	27,5 horas (Misericórdias)	+ 2,5 horas
		30 horas (IPSS)	+ 5 horas
Componente letiva (por semana): outros docentes	1100 minutos	1320 minutos (EPC, EP e EAE)	+ 220 minutos
Componente não letiva de estabelecimento (por semana)	150 minutos	300 minutos (IPSS)	+ 150 minutos
		360 minutos (EPC, EP, EAE)	+ 210 minutos
		450 minutos (Misericórdias)	+ 300 minutos

INSTABILIDADE DOS DOCENTES EM REGIME DE ACIP

25 docentes, em situação de ACIP, sentem-se empurrados para uma situação de instabilidade, mantendo-se vinculados a uma escola pública, ao abrigo da contratação coletiva privada. Isto apesar de terem garantido a transição e o funcionamento da escola nos últimos 2 anos; de muitos deles, ao longo de vinte anos, se terem mudado para Vila Real; e de terem assegurado o funcionamento do ensino artístico especializado na região.



Em maio de 2023, foi assinado, entre o Ministério da Educação (ME), o município de Vila Real e a Associação Cultural Comendador Manuel Correia Botelho, um protocolo com vista à reconversão do Conservatório Regional de Música de Vila Real (CRMVR) em estabelecimento de educação e ensino da rede pública, uma vez que foi reconhecido o interesse público da atividade aí desenvolvida.

Os 25 docentes profissionalizados do ensino artístico especializado (EAE) da Música, vinculados à Associação Cultural Comendador Manuel Correia Botelho, continuaram a exercer as suas funções no Conservatório Regional de Música de Vila Real, por intermédio de acordo de cedência de interesse público (ACIP), garantindo, dessa forma, o regular funcionamento na instituição no ano letivo de 2024/2025, assegurando aos alunos que transitaram da anterior para a nova instituição a adequada continuidade pedagógica. Nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, o ACIP constituiu um vínculo de emprego público.

Desde o primeiro momento, foi criada, pelos dirigentes do Ministério da Educação, Ciência e Investigação (MECI), nos profissionais, que lecionavam há largos anos no CRMVR, a justa e legítima expectativa de que seriam salvaguardadas a antiguidade e a estabilidade dos vínculos laborais no preenchimento das vagas ao concurso público. No entanto, esta expectativa foi frustrada. No ano letivo 2025/2026, foram abertas 5 vagas a concurso interno e 25 vagas a concurso externo. Esse modelo de concurso externo colocava os professores em causa na 3.ª prioridade, o que, na prática, os excluía de qualquer possibilidade de colocação. Reconhece-se que a anulação do concurso foi a me-

lhor forma de sair de uma situação que não servia as necessidades da escola — uma escola que continua sem documentos orientadores pedagógicos e sem departamentos legitimamente constituídos. Contudo, adiou-se, uma vez mais, uma solução justa, com adendas ao ACIP, assinadas no ano letivo 2025/2026. Os professores reafirmam que qualquer solução que não considere a sua vinculação repete o erro e desestabiliza o funcionamento da instituição, que deveria ser um exemplo da oferta pública no interior.

ES

Propostas

- O tempo de serviço prestado pelos docentes deve ser contabilizado para efeito de cumprimento dos requisitos previstos para a vinculação dinâmica e consequente ordenação da sua candidatura na 1.ª prioridade (Decreto-lei n.º 15/2018, de 7 de março, artigo 16.º, n.º 11, do Anexo I).
- O tempo de serviço prestado pelos docentes deve ser contabilizado para efeito de cumprimento do requisito de possuírem, pelo menos, 365 dias de serviço prestados nos estabelecimentos a que se referem os n.ºs 4 e 5, do artigo 3.º, Anexo do Decreto-lei n.º 15/2018, de 7 de março e consequente ordenação da sua candidatura em 2.ª prioridade.

A LUTA É CONTÍNUA

As escolas artísticas Soares dos Reis e António Arroio são as únicas escolas públicas do ensino artístico especializado, no âmbito das Artes Visuais e dos Audiovisuais. Cumprem um papel ímpar na formação de jovens e adultos nestas áreas do conhecimento artístico, tão relevante no panorama cultural português. No entanto, os seus professores continuam a ser desrespeitados!

Não obstante conquistas alcançadas em décadas de luta dos docentes das chamadas *técnicas especiais* — áreas técnico-artísticas previstas no currículo —, ainda há os que continuam, ano após ano, com contratos precários para preencher necessidades permanentes das escolas.

Ao longo deste percurso reivindicativo, no qual o SPN teve sempre um papel relevante, foram feitos avanços, nomeadamente na criação de medidas que permitiram a integração de alguns professores no quadro. Foram, no entanto, medidas pontuais, que não abrangeram aqueles que, ao momento, não reuniam condições de vinculação. Estas questões, de resolução simples — os mecanismos legais já existiam no regime geral de concursos —, e dependentes, apenas, da vontade política dos sucessivos governos, foram sendo arrastadas pelo ministério da educação, levadas à Assembleia da República e aos tribunais.

Atualmente, após a conquista de algumas reivindicações (Decreto-Lei n.º 94/2023, de 17 de outubro) — ingresso na carreira docente, acesso à profissionalização em serviço, equiparação do regime de seleção e recrutamento ao das áreas da Música e da Dança e criação das habilitações para a docência nas Artes Visuais e Audiovisuais —, volta a colocar-se o problema, porque a legislação não está a ser cumprida! Ao contrário do que aconteceu no ano letivo 2024/2025, no presente ano letivo, a Universidade Aberta não abriu vagas para que estes docentes pudessem aceder à profissionalização em serviço e, assim, vir a ingressar na carreira, como definido no n.º 12 do Decreto-Lei n.º 94/2023. Por outro lado, mantêm-se a inexistência de mecanismos dinâmicos (norma-travão e vinculação dinâmica) que garantam a vinculação dos docentes que cumprem os requisitos legais; a não definição das habilitações para a docência previstas na lei e a criação dos respetivos grupos de recrutamento; o não reconhecimento de mestrados e doutoramentos para progressão na carreira.

É neste quadro que o SPN volta a exigir ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação que se cumpra a lei e que os docentes contratados para *técnicas especiais* nestas áreas possam vincular de forma dinâmica, de acordo com as necessidades permanentes do sistema e o princípio do não abuso — que não tem sido respeitado — do recurso à contratação a termo.



MC

UNIR OS DOCENTES APOSENTADOS, ORGANIZAR A LUTA

“As pessoas idosas têm direito à segurança económica e a condições de habitação e convívio familiar e comunitário que respeitem a sua autonomia pessoal e evitem e superem o isolamento ou a marginalização social.

A política de terceira idade engloba medidas de carácter económico, social e cultural tendentes a proporcionar às pessoas idosas oportunidades de realização pessoal, através de uma participação ativa na vida da comunidade”. CRP (art.º 72.º)



No ano em que se assinala o 50.º aniversário da Constituição da República Portuguesa (CRP), importa referir a sua importância na definição do que viria a ser o Portugal de hoje. E, sobretudo, assinalar o que ainda falta concretizar, dando cumprimento aos princípios e ao caminho por ela estabelecidos.

No que respeita aos aposentados, o plano de atividades da Fenprof para 2026 procura dar resposta às exigências do tempo que vivemos, um tempo que não escolhemos, mas no qual temos a obrigação de intervir. Somos a *geração de Abril*, muitos dos direitos conquistados, e agora postos em causa, são, também, resultado da nossa luta. De facto, somos a geração que lutou e que deu um contributo decisivo para a sua conquista. Vivemos tempos de retrocesso com a expansão de forças de direita e extrema-direita; agravam-se as desigualdades sociais; é cada vez mais sentida a degradação das condições de vida e de trabalho da maioria da população, com salários e pensões que não garantem uma vida digna. É o fruto da política de sucessivos governos, desenvolvida ao serviço dos grandes grupos económicos e financeiros e de uma crescente dependência externa. É de salientar que, em relação à atualização anual das pensões, a Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, não foi aplicada durante vários anos, fazendo com que o poder de compra dos pensionistas

se situe em valores inferiores aos da inflação registada, sobretudo se se considerarem as perdas acumuladas.

A resolução aprovada no 15.º Congresso Nacional dos Professores (16 e 17 de maio de 2025) tinha como anexo a Carta Reivindicativa dos Docentes Aposentados, aprovada em 29 de novembro de 2022, na sua 3.ª Conferência, a qual, para além da exigência da valorização e atualização das pensões, propunha medidas para “um envelhecimento digno, com acesso à saúde, habitação e lazer, reforço da Segurança Social, com novas fontes de financiamento, e criação de uma rede pública de apoio à terceira idade, com maior comparticipação em caso de internamento, e apoio domiciliário significativo pela Segurança Social”.

Se, em 2025, o quadro político, social e económico, tanto nacional como internacional, teve uma evolução negativa, as expectativas para este ano não são melhores, tal como o Orçamento do Estado/2026 deixa antever. Por isso, unir os docentes aposentados e organizar a luta pela defesa das justas reivindicações continuará a ser o trabalho do Departamento de Aposentados do Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e, naturalmente, da Fenprof.

HB

REGISTOS DA AÇÃO REIVINDICATIVA

AGSE — Novos organismos, velhas trapalhadas

Um pedido de clarificação, duas respostas contraditórias. O pedido foi da Fenprof, as respostas da Agência para a Gestão do Sistema Educativo (AGSE), a tal que, segundo Fernando Alexandre, iria pôr a administração educativa a falar uma só voz. O caso esclarece o sucesso da afirmação. Além da contradição, a AGSE invoca argumentos que não estão na lei! A chamada reforma do Ministério da Educação, Ciência e Inovação — ou melhor, o desmantelamento —, iniciada em agosto, sem qualquer discussão ou diálogo, mereceu da Federação fundadas críticas e justificadas preocupações. A essas críticas soma-se, agora, a incapacidade de uniformizar entendimentos e produzir esclarecimentos para quem deles necessita.

A arte de procrastinar

A Fenprof realizou uma conferência de imprensa (10/fev), num momento em que decorrem negociações para a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD). Começou por criticar o adiamento da reunião negocial prevista (4/fev), acusando o MECI/governo de arrastar o processo em causa, o que levou o secretário-geral da Fenprof a afirmar que “basta de procrastinar, é tempo de valorizar os direitos laborais e os serviços públicos!”. Denunciou, ainda, a ausência de medidas de combate à falta de professores, exigiu a valorização da profissão, além de ter feito a apresentação da Caravana Nacional “Somos professores. Damos rosto ao futuro”.

ECD em perigo motiva plenário nacional

Educadores e professores de todo o país participaram no plenário de quadros sindicais dos Sindicatos que constituem a Fenprof (30/jan), para debaterem a revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD) em curso, e na qual estão a ser apresentadas propostas que, no mínimo, levantam sérias preocupações. Que fique claro: a Fenprof não aceitará uma revisão do ECD que fragilize a carreira, aumente a exploração do trabalho dos docentes ou transfira para os educadores e os professores os custos de opções políticas que têm conduzido à atual falta de docentes nas escolas. Qualquer alteração ao ECD deve contribuir para fixar docentes, dignificar a profissão, torná-la atrativa e garantir estabilidade às escolas.

Presidenciais — Não há Educação sem Democracia!

Congratulando-se com a participação e com a expressão clara da vontade da maioria dos cidadãos, o SPN reafirma a importância do exercício democrático e os resultados eleitorais das Presidenciais/2026, que traduzem o sentimento maioritário do povo português em defesa do projeto de Abril e dos valores democráticos que o sustentam. Assim, com a eleição de António José Seguro como Presidente da República, o SPN considera

que é tempo de resolver os problemas de quem trabalha, rejeitar o pacote laboral e valorizar o Estatuto da Carreira Docente (ECD).

Solidariedade com os educadores palestinianos

No plenário de quadros sindicais dos Sindicatos que constituem a Fenprof, realizado em Lisboa (30/jan), os participantes aprovaram por unanimidade e aclamação a Mensagem de solidariedade com os educadores palestinianos, na qual condenam a ocupação israelita e manifestam o seu apoio e solidariedade com os educadores palestinianos. Assim, os educadores e professores portugueses representados pela Fenprof condenam a decisão das autoridades de ocupação israelitas de negar a entrada de uma delegação da Internacional da Educação (IE) na Cisjordânia; manifestam profunda preocupação com a violação sistemática dos direitos humanos, incluindo o direito à educação; manifestam o seu apoio e solidariedade a todos os educadores e alunos da Palestina; e reafirmam a sua determinação em defender o direito do povo palestiniano a viver em liberdade e em paz.

CGA — TC responde à Fenprof

O Tribunal Constitucional (TC) informou a Fenprof de que deu entrada o pedido do Ministério Público sobre a fiscalização abstrata sucessiva da constitucionalidade de normas da Lei n.º 45/2024, de 27 de dezembro. Seguir-se-á o agendamento do plenário para o efeito. Apesar do tempo decorrido desde a entrada do primeiro processo em Tribunal, em 2019, a Federação nunca desistiu, nem desistirá, desta causa. Pelo contrário, a persistência da ação sindical e a sucessão de decisões favoráveis aproximam-nos agora da sua resolução definitiva, no respeito pelos direitos dos docentes e pela Constituição da República Portuguesa.

Ensino profissional

Valorizar não significa segregar

A intervenção do ministro da Educação na apresentação dos 400 centros tecnológicos especializados, sobre a valorização do ensino profissional, aparentemente mobilizadora, assenta, afinal, numa visão meritocrática em que se atribui o insucesso escolar e social ao aluno, ilibando o Estado de qualquer responsabilidade. A narrativa do *aluno emprossado*, resiliente, que tudo supera, é uma falácia típica da lógica meritocrática, que serve apenas para desresponsabilizar o Estado e transferir para os indivíduos a culpa pelo seu fracasso escolar e social. Ora, valorizar o ensino profissional (EP) não pode significar hierarquia de percursos educativos, limitação de horizontes ou condicionalismos de expectativas tendo por base a origem social dos alunos. Pelo contrário!

Orientadores cooperantes

Urge esclarecer o suplemento remuneratório

Orientadores cooperantes no ensino privado continuam sem esclarecimentos sobre suplemento remuneratório. Perante o silêncio e a ausência de resposta, por parte do MECI, a Fenprof exige, com urgência, informações claras e vinculativas sobre o pagamento do suplemento remuneratório aos orientadores das escolas privadas e IPSS e sobre os respetivos procedimentos de financiamento e processamento. Assim, a Fenprof questionará, formalmente, o MECI sobre esta matéria e continuará a intervir para que sejam garantidos os direitos dos docentes e a qualidade da formação inicial de professores, condições indispensáveis para a defesa da Escola Pública e da Educação como bem comum.

Entrevista com os secretários-gerais da Fenprof

Na mais recente edição do «JF» online (jan/2026), o destaque vai para uma entrevista com os secretários-gerais da Federação, Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa. Entre os temas abordados, sobressaem matérias de especial importância para os educadores, os professores e os investigadores, como o processo em curso de revisão do estatuto da carreira docente, cujas primeiras medidas do MECI/governo apontam

para uma profunda desvalorização da profissão, a exigir a mobilização de todos os docentes; o desmantelamento do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), cujas consequências de especial gravidade para a Escola Pública, bem como para docentes e investigadores, estão já a ser vividas nas escolas e instituições; e o impacto do pacote laboral na educação e a luta de docentes e investigadores.

Solidariedade com as vítimas da tempestade Kristin

No início dos trabalhos do plenário nacional de quadros sindicais (30/jan), foi aprovada, por unanimidade, uma nota de solidariedade com as vítimas da tempestade Kristin, na qual manifestam “o seu mais profundo pesar pelas vítimas mortais causadas pela depressão Kristin” e expressam “a sua solidariedade para com todas as populações afetadas, que continuam a enfrentar graves dificuldades, nomeadamente a falta de água e de eletricidade, bem como a interrupção das comunicações”. Perante a dimensão dos impactos, a Fenprof exigiu ao governo a “adoção célere e eficaz de todas as medidas necessárias à reposição da normalidade e ao justo apoio das famílias afetadas”.

Seguro de saúde do SPN

É conhecido o seguro de saúde que o SPN tem mantido com a Tranquilidade, desde longa data. Ora, em 2026, para além de não ter ocorrido qualquer alteração do plano de garantias existentes, nem nenhum aumento dos prémios, o SPN conseguiu obter aceitação por parte da seguradora para uma alteração do limite etário do primeiro intervalo de prémios, dos 39 para os 49 anos, o que se traduz numa efetiva redução de alguns dos prémios até aqui praticados. E, no âmbito da adesão a qualquer uma das modalidades do seguro, é oferecida a adesão ao seguro de Acidentes Pessoais, aplicável a todos os associados aderentes. Todas as informações disponíveis em <https://spn.sabseg.com/>.

SPN/Monção — Novas instalações

A delegação de Monção, do SPN mudou de morada. As novas instalações — Rua de São Julião, 351- R/C, 4950-441 Monção —, estando estrategicamente localizadas na zona escolar, possibilitarão, por certo, o reforço da presença do Sindicato na vida dos educadores e professores, porque estará mais próximo para ouvir, apoiar e defender, todos os dias, cada docente. Assim, no caminho para a concretização de uma política de proximidade, o SPN/Monção terá mais condições para uma resposta sindical rápida e eficaz às necessidades dos docentes, reforçando o apoio direto e acessível, no dia-a-dia dos educadores e dos professores abrangidos pela delegação.

SEMANA DA IGUALDADE



FACEBOOK.COM/CIMH.CGTP

CIMH
COMISSÃO IGUALDADE
MULHERES E HOMENS





António Cluny

As sete revisões constitucionais

António Cluny, para quem a CRP é “uma das mais completas ou desenvolvidas constituições do pós-guerra”, começou por fazer referência às partes que constituem a Lei fundamental e especificou cada uma das sete revisões constitucionais operadas entre 1982 e 2005. Em sua opinião, analisadas globalmente as várias revisões, pode-se afirmar que “mudou-se a música, mas manteve-se a letra”. Excluindo a reforma agrária e a reversibilidade das nacionalizações, as mudanças foram essencialmente de semântica ou “da métrica dos versos”, visando, sobretudo, uma adaptação aos grandes textos internacionais, designadamente da União Europeia, que Portugal integrou após a CRP/76 (1986). Pela sua singularidade, Cluny frisou o cuidado particular que a CRP tem com os direitos dos trabalhadores, salvaguardados como direitos fundamentais, o que lhes confere bastante proteção. E se é verdade que, ao nível da linguagem, se assistiu a uma diminuição da carga ideológica, certo é que perdura o eixo fundamental que presidiu à sua criação — a matriz da defesa de um desenvolvimento harmónico e humanista.

(16 de outubro)



Mário Nogueira

Direito à Educação

Mário Nogueira começou por traçar um breve roteiro da Educação ao longo dos tempos, remontando aos seus primórdios na pré-história para chegar a Comenius, o pai da pedagogia moderna. Os pedagogos dos séculos XIX e XX também não faltaram à chamada, assim como as suas conquistas no âmbito do pensamento educativo, da universalidade e do desenvolvimento integral do indivíduo ou a fundação da pedagogia como disciplina. Um pequeno salto para a realidade portuguesa, abordando a Educação a partir da revolução republicana aos nossos dias, com particular ênfase na revolução de Abril, quando a Educação passou a ser uma prioridade nacional, consagrada na CRP, em alinhamento com a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Sobre os dias de hoje, referiu vários perigos para a Educação que resultam do avanço da extrema-direita, apostada no fim da Escola Pública. Não basta, pois, a consagração da Educação como um direito. No final, recordou a recente recomendação, inserta no Consenso de Santiago, para que a relação professor-aluno seja reconhecida como património da humanidade.

(15 de novembro)



Joana Bordalo e Sá

Direito à Saúde

No início da intervenção, Joana Bordalo e Sá reafirmou o direito à Saúde como um dos pilares da democracia, colocando um forte sublinhado no Serviço Nacional de Saúde (SNS), tal como contempla a CRP, que o reveste de universalidade e tendencialmente gratuito. Conquista de Abril, Bordalo e Sá registou os ganhos significativos que o SNS representou no desenvolvimento do país e as múltiplas ameaças que pairam sobre este importante serviço público. Depois, abordou a relação da Saúde com a Educação, enfatizando o papel dos sindicatos na luta contra os atropelos laborais e na reivindicação de melhores condições de trabalho. Concluiu com o “estado de saúde” da Saúde no nosso país, responsabilizando a atuação do Ministério da Saúde, que exclui a FNAM das negociações e opta por sindicatos que, não raras vezes, acabam por funcionar como muletas do governo. Tal como os professores, também os médicos exigem valorização, pois dela “depende a saúde do SNS e, por inerência, a saúde de todos nós”. Cumpra-se, portanto, a Constituição da República Portuguesa!

(13 de dezembro)



Rui Pereira

Liberdade de Imprensa

A liberdade de imprensa, para Rui Pereira, tem de ser entendida “numa dupla independência, relativamente ao Estado e ao dinheiro”. Os elementos constitutivos da profissão são a “liberdade de opinião” e a “convicção do jornalista”. No entanto, a grande precariedade no jornalismo exprime-se no “medo do despedimento e nas sanções informais” que conduzem “à proliferação de uma gramática das obediências”. Priorizando o princípio da responsabilidade social ao da propriedade, deixou a mensagem: “público e privado têm as mesmas obrigações morais no ato de informar”. Constatando que, em Portugal, “apenas uma meia-dúzia de grupos domina tudo o que se ouve, vê e lê nos chamados órgãos de comunicação convencionais”, chamou a atenção para os riscos que tal representa “na produção de ideologias nas nossas sociedades e consequente diminuição da pluralidade de pontos de vista”. E concluiu: quando um programa de televisão é interrompido para publicidade, o que na realidade acontece é que “estamos a ver publicidade que é interrompida por programas, sem os quais a transmissão exclusiva de anúncios seria insuportável”.

(17 de janeiro)

NF/RR
Fotografias: HB

I-BEST

INQUÉRITO SOBRE O BEM-ESTAR DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO



Sente-se feliz no trabalho?

Tem sentimentos negativos e de stress em relação ao seu trabalho?

O seu trabalho afeta negativamente a sua vida privada/familiar?

O trabalho é reconhecido e valorizado pelos seus superiores e pelos seus pares?

As decisões importantes são tomadas de forma colegial/em equipa?

Foi vítima ou testemunhou violência no trabalho — insulto direto, agressão verbal; ameaça; agressão física; difamação e/ou insulto indireto (incluindo online); roubo/dano em propriedade pessoal; assédio; assédio sexual e/ou agressão sexual; isolamento; humilhação, críticas ofensivas; violação da privacidade?

A violência no trabalho foi exercida por alunos, superiores hierárquicos, pais e encarregados de educação ou outros?

Questões deste tipo são exploradas no Barómetro Internacional da Saúde e do Bem-Estar do Pessoal da Educação (I-BEST), um inquérito internacional que se debruça sobre a saúde e bem-estar de todos os profissionais da Educação, da educação pré-escolar ao ensino secundário. Sendo a saúde e o bem-estar determinantes para a qualidade do ensino e da aprendizagem, é fundamental conhecer as condições proporcionadas aos trabalhadores do setor da Educação, pela voz dos seus profissionais.

Nesse sentido, a Fenprof e o Centro de Investigação em Estudos da Criança (CIEC), da Universidade do Minho, associaram-se à 3.ª edição do I-BEST, que conta com a participação de profissionais da Educação de 18 países. O inquérito permitirá a recolha de dados fidedignos que reforcem a argumentação em favor de melhores condições de trabalho e a exigência de políticas adequadas à prossecução de uma educação de qualidade para todos.



Os dados recolhidos contribuem também para uma compreensão comparativa da realidade em Portugal e no mundo inteiro, bem como identificar tendências que digam respeito à comunidade educativa global. O SPN apela à sua participação, preenchendo o questionário.

**FORMAÇÃO
CONTÍNUA
GRATUITA**

1.º Semestre – 2026

Exclusiva para sócios do SPN

PLANO DE FORMAÇÃO



Centro de Formação
SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE



**Todas as ações de formação relevam para
progressão na carreira de professores**

Inscrições online em www.spn.pt

1

1. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO: Do giz ao algoritmo, transformar sem desumanizar

Formador: Luís Santos

Dias/horas: 24/2, 10/3, 24/03, 28/4 e 5/5, das 18h às 21h + horas assíncronas.

Modalidade: À distância

N.º horas acreditadas: **25 horas**

Destinatários: Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e Professores de Educação Especial

2

2. CONSEQUÊNCIAS ÉTICAS E PEDAGÓGICAS NA ERA DIGITAL

Formador: António Martins da Costa

Dias/horas: 24/2, 26/2, 3/3, 5/3, 10/3, 12/3 e 17/3, das 18h00 às 21h00, e 19/3, das 18h00 às 22h00.

Modalidade: À distância

N.º horas acreditadas: **25 horas**

Destinatários: Professores de todos os grupos de recrutamento

3

3. STORYTELLING DIGITAL: Criar narrativas educativas com inteligência artificial

Formador: Liliana Santos

Dias/horas: 25/2, das 17h às 21h30, e 4/3, 11/3, 18/3 e 25/3, das 17h30 às 21h + horas assíncronas.

Modalidade: À distância

N.º horas acreditadas: **25 horas**

Destinatários: Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e Professores de Educação Especial

4

4. LITERACIAS, RECURSOS DIGITAIS E A IA: O papel da BE

Formador: Liliana Melo e Isabel Albuquerque

Dias/horas: 16/4, 23/4, 30/4, 7/5, 14/5 e 21/5, das 18h30 às 21h, e 28/5, das 18h30 às 21h30 + horas assíncronas.

Modalidade: À distância

N.º horas acreditadas: **25 horas**

Destinatários: Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e Professores de Educação Especial

5

5. MEMÓRIAS DE ABRIL: Um percurso através da literatura infantojuvenil portuguesa

Formador: Maria Helena Magalhães

Dias/horas: 23/2, 2/3, 9/3, 16/3 e 23/3, das 18h às 21h, e 27/4, das 17h30 às 21h30 + horas assíncronas.

Modalidade: À distância

Número de horas acreditadas: **25 horas**

Destinatários: Professores dos Grupos 100, 110, 200, 210 e 220.

Dimensão Científico-Pedagógica: Releva para Professores dos Grupos 100, 110, 200, 210 e 220.

6

6. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS EM SALA DE AULA

Formador: Miguel Portugal

Dias/horas: 27/5, 3/6, 17/6, 24/6, 1/7, 8/7, e 15/7, das 18h às 21h, e 22/7, das 18h às 22h

Modalidade: À distância

N.º horas acreditadas: **25 horas**

Destinatários: Educadores de Infância, Professores do Ensino Básico e Secundário e Professores de Educação Especial

7

7. TRABALHAR COM O MICROSOFT EXCEL NA EDUCAÇÃO

Formadora: Lucinda Carvalho

Dias/horas: 27/4, 29/4, 4/5, 6/5, 11/5, 13/5 e 18/5, das 18h às 21h, e 20/5, das 18h às 22h.

Modalidade: à distância.

Número de horas acreditadas: **25 horas**

Destinatários: Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico e Secundário.

Dimensão Científico-Pedagógica: Releva ao abrigo dos despachos 779/2019 e 2053/2021

8

8. ENSINAR, APRENDER E AVALIAR EM UM CONTEXTO DE AUTONOMIA E FLEXIBILIDADE CURRICULAR:

Tarefas, Recursos, Estratégias e Métodos para Promover Aprendizagens Ativas

Formadora: Louise Lima

Dias/horas: 2/3, 9/3, 16/3, 23/3, 20/4 e 27/4, das 18h às 21h + horas assíncronas.

Modalidade: À distância

Número de horas acreditadas: **25 horas**

Destinatários: Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico e Secundário.

Dimensão Científico-Pedagógica: Releva ao abrigo dos despachos 779/2019 e 2053/2021

9

9. O PODER LOCAL EM EDUCAÇÃO. A CONTRATUALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE A ADMINISTRAÇÃO CENTRAL E A ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Formadora: Ana Paula Tomé

Dias/horas: 18/4 e 2/5, das 16h às 20h, e 17/4 e 8/05, das 15h30 às 20h.

Modalidade: Presencial – Delegação do SPN de Bragança.

N.º horas acreditadas: **25 horas**

Destinatários: Educadores de Infância e Professores do Ensino Básico e Secundário.

10

10. INICIAÇÃO À PROGRAMAÇÃO EM PYTHON

Formador: Pedro Simões

Dias/horas: 23/2 e 2/3, das 18h30 às 20h30, 9/3, das 18h00 às 21h00, e 16/3 e 23/3, das 18h00 às 20h30 + horas assíncronas.

Modalidade: À distância

N.º horas acreditadas: **25 horas**

Destinatários: Professores dos Grupos 430, 500 e 510.

Dimensão Científico-Pedagógica: Releva para Professores dos Grupos 430, 500 e 510

11

11. ABORDAGEM CRIATIVA AO PROGRAMA DE EXPRESSÃO PLÁSTICA NOS PRIMEIROS ANOS DE FREQUÊNCIA NO SISTEMA EDUCATIVO

Formadora: Maria João Serpa

Dias/horas: 22/4 e 24/4, das 10h às 13h e das 14h30 às 17h30, e 16/5 e 30/5, das 10h às 13h e das 14h30 às 18h00.

Modalidade: Presencial – Sede do SPN, no Porto.

N.º horas acreditada: **25 horas**

Destinatários: Professores dos grupos 110 e 240

Dimensão Científico-Pedagógica: Releva para Professores dos Grupos 110 e 240

12

12. AÇÃO X REAÇÃO: Técnicas de improvisação

Formadoras: William Gavião

Dias/horas: 7/4 e 8/4, das 10h às 12h30 e das 14h às 19h30, e 9/4, das 10h às 12h30 e das 14h às 20h30.

Modalidade: Oficina de Formação / Presencial – Delegação do SPN de Guimarães

N.º horas acreditadas: **50 horas** (25 presenciais + 25 trabalho autónomo)

Destinatários: Educadores de Infância e Professores do Grupo 110

Dimensão Científico-Pedagógica: Releva para Professores dos Grupos 100 e 110

13

13. CRIAÇÃO DE JOGOS EDUCATIVOS COM A PLATAFORMA LEARNING APPS

Formador: Liliana Santos

Dias/horas: 22/4 e 24/4, das 17h às 20h

Modalidade: Ação de Curta Duração / À distância

N.º horas acreditadas: **6 horas**

Destinatários: Educadores de Infância e Professores de todos os grupos de recrutamento.

14

14. CRIAÇÃO DE JOGOS DIDÁTICOS E ATIVIDADES INTERATIVAS COM GENIALLY

Formador: Liliana Santos

Dias/horas: 6/5 e 13/5, das 17h às 20h

Modalidade: Ação de Curta Duração / À distância

N.º horas acreditadas: **6 horas**

Destinatários: Educadores de Infância e Professores de todos os grupos de recrutamento.

Ações acreditadas pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua de Professores

UM PACOTE LIBERAL FEITO PARA O CAPITAL

A luta contra o Pacote Laboral / Liberal é para continuar! Os trabalhadores estão determinados a dar-lhe um fim, como provam as grandes manifestações realizadas, uma histórica greve geral e um abaixo-assinado com mais de 190 mil assinaturas. Na manifestação descentralizada de 28 de fevereiro, os trabalhadores voltaram a expressar a sua vontade de acabar com um pacote que tem um aroma a século XIX que se desprende até na tentativa de dificultar a capacidade de organização e negociação dos trabalhadores.



O direito do trabalho tem como objetivo fundamental restabelecer algum equilíbrio na relação desigual entre a entidade patronal — mais forte, por deter os meios de produção — e o trabalhador, que fica frequentemente sujeito a abusos e arbitrariedades. No entanto, esse equilíbrio tem vindo a diminuir. O Código do Trabalho de 2003, de Durão Barroso e Bagão Félix, estabeleceu a caducidade da contratação coletiva, a subversão do princípio do tratamento mais favorável, a facilitação e flexibilização de despedimentos, a desregulação de horários e o alargamento da precariedade. A partir daí, a legislação laboral tem vindo a fragilizar os direitos dos trabalhadores e este pacote laboral prossegue o caminho — perpetuar baixos salários, impor despedimentos sem justa causa, agravar e eternizar a precariedade, desregular e prolongar ainda mais os horários de trabalho, atacar os direitos de maternidade e paternidade, destruir a contratação coletiva e os direitos nela consagrados, atacar a liberdade sindical e o direito de greve. Neste quadro, o brutal aumento do custo de vida (habitação, alimentação, energia, entre outros) e a degradação e desmantelamento dos serviços públicos (Escola Pública, Serviço Nacional de Saúde e Segurança Social) reduzem o poder de compra e agravam as enormes dificuldades sentidas pelos trabalhadores para assegurar os mínimos de uma vida digna.

Ora, contra o silêncio a que a comunicação social votou o Pacote Laboral desde julho de 2025 — para que pudesse passar sem sobressaltos —, os trabalhadores responderam com grandes manifestações, uma histórica greve geral e um abaixo-assinado com mais de 190 mil assinaturas, obrigando a colocar o assunto nas notícias e no debate das eleições presidenciais, levando até a piruetas de opinião por parte de alguma ‘oposição’. No entanto, o executivo mantém a proposta, construída à revelia do programa eleitoral sufragado nas eleições legislativas, contando com a composição favorável da Assembleia da República ou procurando suporte noutras organizações sindicais para a fazer aprovar. Mais uma vez, a manifestação de 28 de fevereiro fez convergir as lutas dos trabalhadores de todos os setores, sob o lema *Abaixo o Pacote laboral. É possível uma vida melhor — mais salário, direitos e serviços públicos*. Aí, os trabalhadores reafirmaram que a legislação laboral tem de ser revista, sim, mas para retirar as normas gravosas que tem; nunca para, em cima destas, se acrescentarem quaisquer outras que ainda retirem mais direitos e rendimentos ao Trabalho.

MC

índice

2 — **a abrir**

La solidaridad es la ternura de los pueblos

3 — **editorial**

Duas faces de uma moeda de valor que nos cabe determinar

4 — **em alta resolução**

Fotografia de Henrique Borges

5 — **em foco/destaque**

Somos professores. Damos rosto ao futuro

12 — **das escolas**

Projeto Rádio R@dares (VN Gaia)

14 — **ponto de vista**

Habilitações para a docência

16 — **ação sindical**

Processo de revisão do ECD

18 — **direito aos direitos**

Deveres objetivos de cuidado e vigilância dos docentes

19 — **na mira**

A fusão dos dois primeiros ciclos

20 — **ação sindical**

Valorização também no ensino superior e na investigação

EP-E/1º. CEB — Monodocência: Trabalho igual, direitos iguais!

EPC — A falta de docentes combate-se com valorização em todos os setores

CVR — Instabilidade dos docentes em regime de ACIP

EASR — A luta continua

Unir os docentes aposentados, organizar a luta

Registos da ação sindical

28 — **da formação**

Ciclo de debates SPN — Os primeiros quatro debates

29 — **internacional**

I-BEST — Inquérito sobre o bem-estar dos profissionais da educação

30 — **da formação**

CF/SPN Plano de formação para o primeiro semestre de 2026

31 — **convergência sindical**

Um pacote liberal feito para o capital